

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA QUE VIOLA DIREITOS: Uma análise crítica do SUAS frente a população LGBT.

Gleydson Felipe Duque de Paiva

gleydson.felipe@hotmail.com

A contemporaneidade encontra-se permeada por fortes marcas do conservadorismo, que se (re)instala a partir de concepções machistas, reacionárias e de cunho preconceituoso, muitas das vezes instituídas com base em interpretações distorcidas da religiosidade de modo a configurar grande necessidade de resistência das minorias, que são quase sempre estigmatizadas, oprimidas e marginalizadas pela sociedade. Neste contexto, emerge a necessidade do aprofundamento nas discussões e reafirmação das identidades de gênero e diversidades sexuais, bem como de raça/etnia, de intolerância religiosa, entre outras tantas. Consubstancialmente, a Assistência Social como política pública garantidora de direitos, se configura como espaço de construção coletiva, disseminação de informações, luta pela equidade e erradicação dos preconceitos e quaisquer outras expressões da questão social. Destaque, para este estudo, se dá à população LGBT, que, na maioria das vezes, é privada do acesso aos serviços públicos (como a Assistência Social), por conta de preconceitos e maus tratos já vivenciados ou temidos. No entanto, é tênue interpretar a política de Assistência Social, que ao mesmo tempo que viabiliza direitos, pode ser caracterizada como uma política pública que viola os direitos da população LGBT, sendo esta operacionalizada nos moldes que vem sendo executados na atualidade. Para tanto, cabe refletir sobre a implementação do SUAS e suas implicações diante do público (que deveria ser) prioritário para atendimento.

Palavras-chave: Conservadorismo, minorias, identidades de gênero, Assistência Social, população LGBT.

LISTA DE SIGLAS

CCLGBT – Centro de Cidadania e Promoção da Diversidade para Pessoas LGBT

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBT – Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTT – Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTTT – Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBT+ – Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Outras identidades de Gênero e Orientações Sexuais

LGBTQ – Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e *Queer*

LGBTQIA – Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e Agêneros

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

PAEFI – Serviço de Atendimento e Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

1. INTRODUÇÃO

Se pensar em uma “onda conservadora” nos remete a interpretar que esse conservadorismo é algo passageiro. Analisando pela vertente de que, “de certo modo já foi superado” por algum momento, sim. Sobretudo, é necessário se fazer uma análise da perspectiva histórica da formação da sociedade. As teorias da criação do Universo ainda se confrontam e, a mais aceita pela sociedade é a “vendida” pelo Cristianismo, conhecida como “Teoria do Criacionismo”¹, que diz que Deus criou todo o universo, bem como o homem e, *a posteriori*, a mulher, derivada de uma parte de seu corpo.

Contudo, esta mulher, deve, por ordem divina, ser submissa ao homem², não devendo enfrentar-lhe ou buscar emancipação. Diz respeito também, a não transformação do corpo, bem como a proibição de relações homoafetivas, as quais, vem sido “condenadas” até a atualidade. Instaladas tais interpretações das “Escrituras Sagradas”³, a sociedade foi educada a acreditar nelas como verdade única e, diante disso, imutável.

É preciso salientar que, atualmente existem pessoas e até mesmo igrejas ou religiões dentro do próprio Cristianismo que, já conseguem ter discernimento de fazer interpretações diferentes e, com isso, se “libertam” da alienação dogmática que doutrina e leva ao preconceito. Com o passar dos anos, após muitas lutas, construções e desconstruções na sociedade, foi possível superar o conservadorismo em partes. Atualmente ainda existem inúmeros preconceitos com fundamentações nas mesmas bases, porém, de forma mais velada. LGBTfobia⁴, por exemplo, é algo que, muitos dizem não existir ou não terem preconceito, mas a cada 26 horas, uma pessoa é assassinada por ser (ou parecer) LGBT⁵. Não se pode deixar de considerar os retrocessos que têm se instalado no país e no mundo nos últimos anos. Em 2013, uma onda revolucionária de manifestações tomou conta do país, reivindicando direitos e, ainda assim, o Brasil foi cenário de golpe político, que confrontou com a democracia, instalando-se o que podemos chamar de ‘caos político’. Resultado disso são as (contra)reformas, congelamentos, suspensão de benefícios... Ou seja, elementos que

¹ O Criacionismo é uma teoria para a criação do universo que utiliza Deus como único criador. Esta teoria é a que segue a Bíblia como fonte explicativa sobre a criação do homem. Segundo a narrativa bíblica, o homem foi concebido depois que Deus criou céus e terra. Também feito a partir do barro, o homem teria ganhado vida quando Deus assoprou o fôlego da vida em suas narinas. Outras religiões contemporâneas e antigas formulam outras explicações, e algumas chegam a ter pontos de explicação bastante semelhantes.

² Informações baseadas nas escrituras da Bíblia Sagrada, utilizada pelas igrejas do Cristianismo.

³ Forma com a qual os seguidores do Cristianismo se referem à Bíblia.

⁴ Refere-se à Homofobia, Lesbofobia, Bifobia, Transfobia e Travestifobia.

refletem diretamente na questão social e, conseqüentemente, propicia o aumento da vulnerabilidade social e extrema pobreza.

Diante do golpe, das corrupções e divergências políticas, emerge a oportunidade da ascensão da direita, que se fortalece e favorece o conservadorismo, privando e estigmatizando as minorias, cada vez mais, por meio de cortes e boicotes que visam prejudicar aos menos favorecidos.

Nesta perspectiva, a Assistência Social, política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, tem o objetivo de atender e acompanhar famílias e indivíduos e situação de vulnerabilidades sociais e violações de seus direitos. Isso, na forma de legislação, deve ser ofertado como “*política para quem dela necessitar*”⁶. De fato, divergindo com a Saúde e com a Previdência Social, a Assistência tem esse papel na vida de seus usuários. Porém, na maioria das vezes, o público que “dela necessita” não é atingido e, quando é, passa direto pela porta da Proteção Social Especial, onde os direitos já estão violados. Compreendido isto, é pressuposto que há uma deficiência entre a elaboração e a implementação de fato do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O presente trabalho emergiu a partir da experiência profissional e acúmulo de estudos e discussões tanto no âmbito da Assistência Social como da militância pelas causas de Gênero e Sexualidades, especificamente, nos direitos da população LGBTQ+. Foi identificado que, apesar de grande parte desse público ser “perfil” para os serviços, programas e projetos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tal acesso é nulo ou no mínimo precário, favorecendo as violações de seus direitos.

Para tanto, faz-se necessário pensar nas hipóteses para esse afastamento do público dito “prioritário” dos serviços, que podem ser dadas pelas vertentes da desinformação – ausência de conhecimento dos serviços prestados – como também pela discriminação enfrentada ou temida.

Inicialmente o trabalho se tratava apenas de uma publicação e, no decorrer de sua construção, suscitou a possibilidade de compor pré-projeto de dissertação de mestrado. A metodologia de pesquisa qualitativa, por meio de estudos bibliográficos e análises de dados, possibilitou atingir aos objetivos e conclusão deste trabalho.

2. DAS TEORIAS DE CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE, À RESISTÊNCIA: O Protagonismo da LGBTQfobia.

⁶ Artigo 203 da Constituição Federal de 1988.

É imprescindível para a construção de uma definição de gênero é remeter-se à ideia da desigualdade de gêneros que permeia a sociedade de forma histórica e até mesmo, naturalizada.

O homem, de acordo com Deus, o “todo poderoso” – para a teoria do Criacionismo – seguindo os dogmas da religiosidade, deve ser superior à mulher, pois ele é quem foi criado primeiro e, a ele foi dada a sabedoria para construir todas as coisas. A mulher, extraída de uma de suas costelas, já foi criada para uma vida de submissão e, até mesmo, adoração à figura do homem. Isso se agravou quando Eva pecou e ainda induziu que Adão pecasse junto.⁷

Neste sentido, estabeleceu-se a hegemonia masculina que, apesar de muitas lutas e conquistas femininas, ainda não foi vencida. Nesta perspectiva, a imagem do feminino já remete à inferiorização do ser. Com isso, a homossexualidade masculina e, principalmente, as transexualidade, transgeneridade e travestilidade, são tratadas, cada vez mais, de forma hostil. Destarte disso, a identidade pode ser traduzida como a forma que a pessoa se vê, se percebe. Diferente do preconceito, a identidade é o que o sujeito é, pautado em tudo o que já conhece sobre si mesmo. Nesse viés, reconhecer a identidade é de fundamental importância para vencer o preconceito.

Na perspectiva de gênero, existe o termo “identidade de gênero”⁸ utilizado pela maioria dos autores para designar o processo de identificação e aceitação vivenciado pelos sujeitos nas relações de gênero. A identidade de gênero diz respeito ao gênero que a pessoa se identifica, podendo ser homem, mulher, com mais de um gênero ou até mesmo sem gênero.

Já a orientação sexual, por sua vez, diz respeito às relações afetivas e/ou sexuais. Nela é possível se relacionar com pessoas do gênero masculino, ou do feminino, ou de ambos, independentemente do gênero em que você se identifica. Ainda relacionado à orientação sexual, é possível dizer que existem heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais, intersexuais, pansexuais...

Na identidade de gênero, geralmente são classificados os sujeitos entre cisgêneros e transgêneros. Cisgênero sendo uma pessoa que nasceu com uma expressão sexual biológica e sua identidade de gênero condizem e Transgênero, a pessoa que nasceu com uma expressão

⁷ Informações baseadas nas escrituras da Bíblia Sagrada, utilizada pelas igrejas do Cristianismo.

⁸ Ao passo que a orientação sexual se refere a quem nos relacionamos, a identidade de gênero faz referência a

sexual biológica e a identidade de gênero não condizem, ocasionando, em alguns casos, as transformações do corpo.

A sociedade sempre julgou mulheres e pessoas LGBT, sem considerar ao menos, que ambos lutam por direitos de igualdade, pela manutenção da equidade. Neste viés, os movimentos sociais LGBT e feministas, são vistos, na maioria das vezes, como movimentos desnecessários de pessoas que “querem aparecer”. Neste contexto, as políticas públicas, principalmente a Saúde, Assistência Social e Previdência, tem papel de suma importância, ao trabalhar a garantia e preservação da Seguridade Social.

O Movimento Social LGBT surgiu em decorrência de inúmeros casos de preconceito, repressão policial e descaso com a população LGBT e, com enfoque ainda maior, com a população “T” (Transexuais, Travestis e Transgêneros).

Inicialmente o movimento LGBT fazia referência apenas aos homossexuais do sexo masculino, logo em seguida, foram introduzidas as lésbicas e, posteriormente os bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros. O objetivo é promover e garantir, através de ações e lutas sociais, a equidade no acesso aos direitos humanos.

No Brasil, o movimento LGBT teve seu marco inicial explicitado a partir da década de 70, no período da Ditadura Militar, onde houveram diversas manifestações em busca de mudanças na ordem social. Posteriormente, na década de 1980⁹, houve uma nova configuração, as lésbicas participantes do Grupo Somos decidiram fundar o Grupo de Ação Lésbico-Feminista, pois não se sentiam contempladas nas reivindicações do movimento social. Neste contexto, dá-se então, maior visibilidade às mulheres lésbicas, incluindo-as na sigla LGBT, que anteriormente, foi tratada como GLS e GLBT.

Na contemporaneidade, o movimento LGBT ainda perpassa por diversas lutas, sobretudo, ganhando uma maior visibilidade – foram instituídas políticas públicas em prol da promoção da cidadania LGBT – e, com isso, obteve diversas conquistas. E, como todo movimento social, possui diversos agentes que atuam como opositores.

Durante a trajetória do movimento, este conquistou alguns direitos pautados em Leis. Tais como: o casamento igualitário, a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos; a utilização do nome social para as pessoas trans, retificação de nome civil, Política Nacional de Saúde Integral LGBT, além de datas específicas de lutas incluídas nos calendários oficiais, entre outras.

⁹ Neste momento, o movimento era conhecido como movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), posteriormente, por volta da década de 90, passa a ser chamado de GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis). Somente em 2008, passa a ser LGBT.

Após anos de obscurantismo e negação de direitos à comunidade LGBT, esta população passa a ter atenção do poder público. Uma das reivindicações do Movimento LGBT era para que as políticas públicas dirigidas aos LGBT deixassem de ser ações pontuais e incipientes, ou seja, deixassem de ser frágeis e sem continuidade. Neste âmbito suscita-se a necessidade de se pensar ou, minimamente, ampliar as discussões, acerca de estabelecimentos de políticas públicas específicas para o atendimento a essa população. Sobretudo, é mais que necessário estar atento a como essas políticas irão se utilizar como forma de inclusão, ao invés de exclusão social.

3. DO CONSERVADORISMO, ASSISTENCIALISMO À POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No princípio, tratava-se de caridade, auxílios e benesse, realizadas por mulheres, consideradas damas de caridade, e/ou ainda, “as moças boazinhas” que davam cestas básicas. Seguiu pela ótica religiosa e assistencialista de piedade daqueles que estavam em sofrimento.

A profissão de Assistente Social, estabelecida a partir da década de 1930, era única e exclusiva responsável por esse trabalho. Contudo, a partir de inúmeras construções históricas, em 1988, a Assistência Social passa a ser considerada política pública componente do tripé da Seguridade Social, onde diferente da Saúde – universal, e da Previdência Social – contributiva, torna-se política pública para quem dela necessitar.

Obviamente, existe até os dias atuais, a confusão entre a profissão de Assistente Social e a política de Assistência Social. Sobretudo, a Assistência Social se difere do Serviço Social, que se constitui como uma profissão de caráter crítico interventivo e que visa atuar nas minimizações das desigualdades sociais, bem como na luta intransigente pelos direitos fundamentais dos cidadãos. Já a Assistência Social, constitui-se como uma política pública, onde é um dos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, não se restringindo apenas a este profissional, mas sim, com equipe multidisciplinar.

A Assistência Social é uma política pública e está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.¹⁰

Para tanto, se divide em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica e Proteção

¹⁰ Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA <www.mds.gov.br>

Social Especial, sendo esta última de Média e/ou Alta Complexidade.

Os Centros de Referência da Assistência Social são espaços democráticos de garantia de direitos, onde são operacionalizados serviços socioassistenciais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, principais serviços da Proteção Social Básica¹¹.

O PAIF é constituído pelo atendimento e acompanhamento de famílias no que diz respeito à garantia de direitos, bem como objetivar a emancipação dos sujeitos. Neste contexto, é operacionalizado por atendimentos individuais ou em grupos, sendo esses grupos classificados como: Oficinas com Famílias ou Grupos Familiares. Em ambos os grupos, são momentos que propiciam discussões acerca de temáticas que visem informar e ao mesmo tempo, desconstruir preconceitos, visando à superação de demandas apresentadas.

O SCFV é realizado por meio de encontros com orientador ou educador social, onde são trabalhados temas transversais, baseados em ciclos, planejados pela equipe técnica junto ao orientador/educador social. Há também, a possibilidade da existência de oficinas socioeducativas, onde podem ser trabalhadas a inclusão e o fortalecimento do convívio social, abrangendo o trabalho do SCFV, que por sua vez, é complementar ao PAIF.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas da política de Assistência Social, da Proteção Social Especial de Média Complexidade, onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nestas unidades é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, que é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. Os Serviços de Acolhimento Institucional são serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que acolhem Crianças, Adolescentes e Idosos em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

3.1. Assistência Social e Direitos da População LGBT

¹¹ A proteção básica tem a finalidade de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção básica destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros, e, ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade, por deficiências.

Posto isso, emerge o fato de a maior parte dos usuários desta política se dar pela população feminina, que muitas das vezes encontra-se desempregada e, ainda, se responsabiliza pelos cuidados do lar e dos filhos, contribuindo assim para o fenômeno considerado “feminização da pobreza”, utilizado por alguns autores, e, em consequência disso, procuram os CRAS para acesso a benefícios como por exemplo, o Programa Bolsa Família¹².

Para além disso, existe o fato histórico e cultural de que a população LGBT não tem acesso às políticas públicas, muitas das vezes por já terem ou temerem sofrer algum tipo de discriminação.

Diante disso, faz-se necessário considerar o processo de vulnerabilização desta população, não somente no que diz respeito à Assistência Social e Direitos Humanos, como também de outras políticas, como Saúde, Educação, etc.. Destaque para a população trans e travesti, que tem acesso, praticamente, nulo às políticas e, por inúmeras vezes, não são inseridas em programas sociais como o Bolsa Família, mesmo sendo perfil para o mesmo. Frente ao exposto, cabe considerar que todos os serviços ofertados pela Assistência Social possuem objetivos comuns como a prevenção, a promoção da cidadania e equidade. Tais objetivos necessitam estar ligados ao acesso à informação, considerando o preconceito como “a ausência do conhecimento” e, deste modo, temas como Cidadania LGBT, Machismo, Intolerância Religiosa, dentre outros, DEVEM ser discutidos e trabalhados com as famílias atendidas.

4. DO PROCESSO DE (DES/RE)CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA À (GARANTIA) VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT+: Notas Conclusivas

Diante dos inúmeros reflexos que configuram o preconceito na sociedade, depara-se com as lutas pela garantia de equidade enfrentada por diversas identidades de gênero. Isso se dá principalmente à população LGBT, mas não se restringe a ela. Sobretudo, é através de estudos e espaços de discussões é que poderão ser construídas estratégias e políticas públicas viáveis e que venham de encontro às desigualdades sociais.

A Assistência Social vem atuante neste enfrentamento, garantindo através de programas, projetos e serviços, a minimização das demandas de vulnerabilidade social e violações de

¹² O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: Complemento de Renda, Acesso a Direitos e Articulação com Outras Ações. <www.mds.gov.br>

direitos e, através das unidades de atendimento, promove espaços de emancipação dos sujeitos, por meio de acesso a informações e discussões de temáticas, que, muitas das vezes, os usuários não têm conhecimento nenhum.

Neste sentido, as discussões de Gênero e Sexualidade são consideradas de grande pertinência para estes espaços. Em contrapartida, é preciso que sejam realizados encontros de discussões entre profissionais, principalmente através de educação permanente e fóruns, onde estes estarão se atualizando e se informando, para, posteriormente, serem multiplicadores no território e equipamento.

Não se pode ignorar o fato da insuficiência da abordagem dos temas nas formações acadêmicas. As instituições de ensino superior necessitam realizar periodicamente a avaliação e readequação dos currículos de cada curso, visando uma melhor qualidade no ensino. Deste modo, os acadêmicos sairão melhores preparados para lidar com diversas demandas, seja ou não, na Assistência Social.

A partir do momento em que existem profissionais qualificados, estes conseguem promover a disseminação do conhecimento e potencializar a emancipação dos indivíduos, de forma a acolher toda e qualquer pessoa e família que da Assistência Social necessitar, sem distinções ou preconceitos.

Ressalta-se sobretudo, que é preciso que haja o comprometimento dos profissionais com as respectivas profissões e, busquem também, por meios próprios, estarem cada vez mais atualizados e capacitados para um melhor atendimento e acompanhamento dos usuários. No que diz respeito ao atendimento qualificado à população LGBT, faz-se necessária uma análise da necessidade de qualificar os serviços existentes nos municípios para acolher tal público.

Concomitantemente, uma análise relevante é a da viabilidade de um espaço especializado para esse público, voltado ao atendimento das violações de direitos específicas enfrentadas pela população LGBT, que nem sempre os CRAS e CREAS dão conta de realizar. Lembrando sempre de ter o cuidado para não “excluir” na tentativa de se “incluir”.

Cabe ressaltar que os aspectos sócio-histórico-culturais que permeiam a população atendida pelo SUAS também são influenciadores no processo de formação do profissional. Deste modo, não só se faz necessário pensar em qualificar, como também em trabalhar com estratégias que não desconsiderem as construções sociais já estabelecidas, de forma histórica, por cada sujeito.

Sobretudo, é relevante avaliar que, quando é mencionado se trabalhar com tais temáticas, sempre são dadas de forma transversalizada e, raras às vezes, em que são dadas continuidade. Isso impacta diretamente na qualidade e efetivação dos serviços, visto que, sempre há uma sobrecarga de trabalho para os profissionais que, além das jornadas fixas de trabalho, necessitam estar em dia com o compromisso da educação continuada.

5. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A Experiência Viva**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1970.

Bíblia Sagrada: edição com notas para Jovens. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. Disponível em <www.mds.gov.br>

COLLING, Leandro (org.). **Dissidências Sexuais e de Gênero**. Salvador. EDUFBA, 2016.

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social, 7ª Região. **Projeto Ético-Político e Exercício Profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação de assistentes sociais. Rio de Janeiro. CRESS, 2013.

DAWSON, James. **Este livro é gay**. Tradução de Rafael Mantovani – São Paulo. Ed. WMF Martins e Fontes, 2015.

Estado de Alagoas. **Proteção Básica**. Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br>>

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no**

Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34 ed. – São Paulo. Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Antônio Deusivam de.; PINTO, Cristiano Rosalino Braule (orgs.). **TRANSPolíticas públicas**. Campinas. Papel Social, 2017.

PINHEIRO, Livia R. **Entenda Identidade de Gênero e Orientação Sexual**. Movimento para equiparação da LGBTfobia ao Racismo. Disponível em <<http://www.plc122.com.br>>

RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (orgs.). **A Política do Corpo:** gêneros e sexualidade em disputa. Vitória. EDUFES, 2016.

SOUZA, Rainer. **Criacionismo**. Portal Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br>>

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social:** desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.